

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Magnamed Tecnologia Médica S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Magnamed Tecnologia Médica S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magnamed Tecnologia Médica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

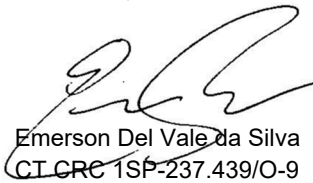
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às Demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2022



Emerson Del Vale da Silva
CT CRC 1SP-237.439/O-9

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ: 01.298.443/0001-73

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.130.878	27.588.973	25.807.496	28.106.029
Contas a receber	4	7.651.096	8.779.073	7.867.977	8.780.840
Estoques	5	29.360.485	29.684.195	30.112.735	30.660.134
Impostos a recuperar	6	14.372.526	3.369.293	14.372.526	3.369.293
Adiantamentos diversos	7	1.828.786	3.014.600	1.828.786	3.014.600
Despesas antecipadas		28.568	45.657	28.568	45.656
Total do ativo circulante		78.372.339	72.481.791	80.018.088	73.976.552
Ativo não circulante					
Caixa restrito	8	1.227	522.980	1.227	522.980
Impostos a recuperar	6	31.880.842	-	31.880.842	-
Impostos Diferidos	9	1.307.086	826.937	1.307.086	826.937
Depósitos judiciais	10	1.599.912	1.424.986	1.599.912	1.424.986
Investimentos	12	6.201.973	1.611.275	4.686.355	-
Imobilizado	13	4.475.839	3.432.456	4.522.904	3.471.367
Intangível	14	7.623.308	3.443.163	7.623.308	3.443.163
Total do ativo não circulante		53.090.187	11.261.797	51.621.634	9.689.433
Total do ativo		131.462.527	83.743.588	131.639.723	83.665.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ: 01.298.443/0001-73

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Fornecedores	15	2.586.404	7.619.597	2.586.404	7.619.597
Empréstimos e financiamentos	16	2.822.296	3.335.641	2.822.296	3.335.641
Obrigações trabalhistas	17	2.865.909	1.260.141	3.045.141	1.264.252
Obrigações tributárias	18	12.534.052	4.515.787	12.534.052	4.515.787
Parcelamento de tributos	20	1.571.291	2.080.883	1.571.291	2.080.883
Arrendamento Mercantil - Imóveis	21	777.807	858.933	777.807	858.933
Receitas à apropriar		68.244	243.271	68.242	243.271
Subvenção para investimento	22	3.138.315	3.138.315	3.138.315	3.138.315
Juros s/ capital próprio		1.417.847	-	1.417.847	-
Dividendos Obrigatórios	24.4	16.598.004	-	16.598.004	-
Outras contas a pagar	23	275.659	9.323.474	275.659	9.342.359
Total do passivo circulante		44.655.828	32.376.042	44.835.058	32.399.038
Passivo não circulante					
Parcelamento de tributos	20	2.480.305	3.892.348	2.480.305	3.892.348
Arrendamento Mercantil	21	-	698.655	-	698.655
Partes relacionadas	11	3.382.694	2.409.264	3.380.659	2.308.666
Provisão para contingência	19	114.752	114.752	114.752	114.752
Empréstimos e financiamentos	16	5.746.764	8.196.901	5.746.764	8.196.900
Total do passivo não circulante		11.724.515	15.311.920	11.722.480	15.211.321
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	16.215.457	16.215.457	16.215.457	16.215.457
Ajuste de avaliação patrimonial	24.1	116.188	4.484	116.188	4.484
Reserva legal		3.243.195	3.243.195	3.243.195	3.243.195
Lucros acumulados		55.507.344	16.592.490	55.507.345	16.592.490
		75.082.184	36.055.626	75.082.185	36.055.626
Total do passivo e patrimônio líquido		131.462.527	83.743.588	131.639.723	83.665.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magnamed Tecnologia Médica S.A.
CNPJ: 01.298.443/0001-73

**Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	25	107.231.222	268.261.940	111.180.363	274.927.644
Custo dos produtos vendidos	26	(39.908.848)	(93.666.486)	(42.384.398)	(97.571.570)
Lucro bruto		67.322.374	174.595.454	68.795.965	177.356.074
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	26	(18.920.300)	(23.843.378)	(19.926.001)	(24.668.000)
Despesas com manutenção e aperfeiçoamento de produtos	26	(194.567)	(132.708)	(194.567)	(132.708)
Despesas comerciais e marketing	26	(6.830.088)	(13.331.827)	(6.882.464)	(13.376.708)
Equivalência Patrimonial	11	(220.759)	1.925.878	(13.398)	-
Outras receitas e despesas	27	41.791.550	(1.613.205)	41.798.659	(1.613.205)
		15.625.836	(36.995.240)	14.782.229	(39.790.621)
Lucro antes do resultado financeiro		82.948.210	137.600.214	83.578.194	137.565.453
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	2.405.875	2.693.735	2.405.877	2.730.245
Despesas financeiras	28	(4.540.111)	(7.253.702)	(4.541.241)	(7.255.451)
Juros sobre capital próprio	28	(3.323.385)	(410.531)	(3.323.385)	(410.531)
		(5.457.621)	(4.970.498)	(5.458.749)	(4.935.737)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		77.490.589	132.629.716	78.119.445	132.629.716
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.1	(12.457.880)	(47.083.505)	(13.086.736)	(47.083.505)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.1	480.149	826.937	480.149	826.937
Lucro líquido antes da reversão dos juros s/ capital próprio		65.512.858	86.373.148	65.512.858	86.373.148
(+) Reversão dos juros sobre capital próprio		3.323.385	410.531	3.323.385	410.531
Lucro líquido do exercício		68.836.243	86.783.679	68.836.243	86.783.679
Lucro por ação	24.5	187,31	242,01	187,31	242,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magnamed Tecnologia Médica S.A.
CNPJ: 01.298.443/0001-73

**Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	68.836.243	86.783.679	68.836.243	86.783.679
Ajuste de variação cambial em controlada	111.704	(56.760)	111.704	(56.760)
Resultado abrangente do exercício	68.947.947	86.726.919	68.947.947	86.726.919

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ: 01.298.443/0001-73

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.965.017	-	-	61.244	(4.537.498)	9.488.763
Exercicio opção de compra	1.328.858	-	-	-	-	1.328.858
Integralização JSCP	921.582	-	-	-	-	921.582
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	86.783.679	86.783.679
Distribuição de Juros sobre capital proprio	-	-	-	-	(410.531)	(410.531)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(19.522.535)	(19.522.535)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	(42.477.465)	(42.477.465)
Reserva Legal	-	3.243.195	-	-	(3.243.160)	35
Ajuste de variação cambial em controlada	-	-	-	(56.760)	-	(56.760)
Reserva de lucros	-	-	16.592.490	-	(16.592.490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.215.457	3.243.195	16.592.490	4.484	-	36.055.626
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.836.243	68.836.243
Distribuição de Juros sobre capital proprio	-	-	-	-	(3.323.385)	(3.323.385)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(16.598.004)	(16.598.004)
Distribuição de dividendos adicionais 2021	-	-	(10.000.000)	-	-	(10.000.000)
Ajuste de variação cambial em controlada	-	-	-	111.704	-	111.704
Reserva de lucros	-	-	48.914.854	-	(48.914.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.215.457	3.243.195	55.507.344	116.188	-	75.082.184

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magnamed Tecnologia Médica S.A.
CNPJ: 01.298.443/0001-73

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)				
Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	77.490.589	132.629.716	78.119.445	132.629.716
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.567.559	1.500.942	1.665.998	1.516.507
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(480.149)	826.937	(480.149)	3.648.194
Equivalência patrimonial	220.759	(1.925.878)	13.398	-
Juros sobre parcelamentos	-	2.503.528	-	2.503.528
Provisão para contingências	-	114.752	-	114.752
Provisão (Reversão) para estoques de baixo giro	(2.381.309)	3.940.292	(2.381.310)	3.940.292
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(502.221)	(125.537)	(502.221)	(125.537)
Juros sobre arrendamento mercantil	82.200	123.173	82.200	123.173
(Aumento) Redução das contas do ativo				
Caixa restrito	521.753	-	521.753	-
Contas a receber	2.215.656	(2.407.061)	2.000.542	(2.195.208)
Perdas efetivas em créditos de liquidação duvidosa	(585.459)	-	(585.457)	-
Estoques	2.705.020	(26.525.046)	2.928.709	(26.841.963)
Impostos a recuperar	(1.005.664)	1.042.682	(1.005.664)	(2.605.512)
Crédito financeiro tributário	(41.878.411)	-	(41.878.411)	-
Outras contas a receber	1.202.903	(2.217.131)	1.202.902	(2.217.130)
Depósitos judiciais	(174.926)	(783.326)	(174.926)	(783.326)
Aumento (Redução) das contas do passivo				
Fornecedores	(5.033.193)	5.303.746	(5.033.193)	5.303.746
Obrigações trabalhistas e tributárias	9.624.033	3.352.374	9.799.154	3.349.484
Outras contas a pagar	(9.222.842)	8.811.075	(9.241.727)	8.829.959
Subvenção para investimento	-	3.138.315	-	3.138.315
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11.977.731)	(47.083.505)	(12.606.586)	(46.256.568)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.388.567	82.220.048	22.444.457	84.072.422
Das atividades de investimentos				
Variação Cambial sobre investimento no exterior	-	-	111.704	(56.760)
Aplicação financeira de longo prazo	(4.699.753)	(9.448)	(4.699.753)	(9.448)
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.795.517)	(1.501.533)	(6.902.111)	(1.501.533)
Baixa de imobilizado e intangível	4.430	-	4.430	4.561
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(11.490.840)	(1.510.981)	(11.485.730)	(1.563.180)
Das atividades de financiamentos				
Pagamento de parcelamento tributário	(1.921.636)	(1.551.235)	(1.921.638)	(1.551.234)
Capitação de empréstimos e financiamentos	-	8.999.999	-	8.999.999
Pagamento de empréstimos e financiamentos e outros	(2.963.482)	(6.553.538)	(2.963.481)	(6.553.538)
Contratos de câmbio	-	1.863.622	-	1.863.622
Pagamento de arrendamento mercantil	(861.981)	(832.427)	(861.981)	(832.427)
Integralização de capital	-	2.250.440	-	2.250.440
Mutos com partes relacionadas	973.430	2.527.620	1.071.993	1.172.710
JSCP	1.417.847	-	1.417.847	-
Distribuição de dividendos	(10.000.000)	(62.000.000)	(10.000.000)	(62.000.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(13.355.822)	(55.295.519)	(13.257.260)	(56.650.428)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.458.095)	25.413.548	(2.298.533)	25.858.814
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	27.588.973	2.175.425	28.106.029	2.247.215
No final do exercício	25.130.878	27.588.973	25.807.496	28.106.029
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.458.095)	25.413.548	(2.298.533)	25.858.814

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Magnamed Tecnologia Médica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2005, com sede em São Paulo/SP e filial em Cotia/SP, tem por objeto social a indústria, o comércio, a exportação, importação e a locação de equipamentos médico-hospitalares, módulos, peças e acessórios; a prestação de serviços de conserto, reparo, manutenção, restauração e conservação de máquinas, equipamentos, aparelhos, módulos, inclusive recondicionamento, acondicionamento e beneficiamento; assessoria e consultoria em tecnologia da informação; elaboração de programas de computadores (software) sob encomenda; análise e desenvolvimento de projetos e sistemas; licenciamento de programas de customizáveis; e processamento de dados.

O ano de 2021 representa um novo marco para Magnamed, entrada para o grupo de empresas de grande porte, com CAGR (Taxa de Crescimento Anual) de 32% entre os anos de 2014 e 2021; O foco na inovação, eficiência e qualidade é o que vem possibilitando essa evolução, haja visto o início da comercialização do FlexiMag MAX, um produto muito aceito e bem avaliado por equipes clínicas e totalmente aderente às exigências internacionais.

Frente à guerra Rússia e Ucrânia, observa-se pontos de atenção pela Administração, fatores cambiais, juros, inflação e alguns insumos devem ter sua produção afetada na China, o que pode gerar atrasos operacionais, entretanto os efeitos serão minimizados pela política de estoques mínimos já implantada.

Trabalhamos arduamente para criar mecanismos que possam corroborar com o crescimento projetado pela Administração para os próximos 5 anos, apoiados pela Consultoria FGV Projetos, além de estarmos atentos à necessidade de retenção e desenvolvimento talentos.

1.1. Impacto da Covid-19 sobre as demonstrações contábeis

Em virtude da Covid-19 a Companhia adotou medidas de prevenção para os colaboradores, promoveu adequação nas baias de trabalho com divisórias de acrílico, dentre outras medidas adotadas pela administração. Estas adaptações não geraram uma despesa significativa à Companhia.

Dado o volume crescente de vendas, seguimos adaptando nossa capacidade produtiva e ações que desde o início da pandemia foram implantadas seguem vigentes com o foco de evitarmos a disseminação do vírus, implantamos home office, vacinamos contra H1N1 e atuamos com jornadas presenciais intercaladas de acordo com a necessidade, sempre garantindo a nossa funcionalidade e qualidade

Com a vacinação da população brasileira propiciou a retomada total do comércio e a sinalização para 2022 da flexibilização do uso de máscaras; de fato foi possível frear a pandemia a níveis toleráveis.

Não identificamos risco de descontinuidade em decorrência da situação pandêmica ainda vigente, ao contrário observamos que seguimos ampliando nossos negócios em função do reconhecimento da nossa marca entre a rede hospitalar, médicos e profissionais da saúde.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas, julgamentos e estimativas contábeis das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das Demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação para emissão das demonstrações contábeis ocorreu em reunião da Administração realizada em 26 de abril de 2022.

Demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia ("Consolidado") incluem as Demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta. O controle sobre essa Companhia é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação da seguinte empresa:

Magnamed Medical Technology INC (i)	Participação de 100%
-------------------------------------	----------------------

- (i) A Magnamed Medical Technology INC está situada em Miami (USA), e realiza exclusivamente a operação de compra dos produtos produzidos pela Magnamed Tecnologia Médica S.A e realiza a revenda nos Estados Unidos da América.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na controlada incluída nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas, despesas e lucros (prejuízos) não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminadas por completo, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 25 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

2.2.2. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional – Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

2.2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente os “CDBs”.

ii) Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes”, “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

b) Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação, a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implemente modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pelo CPC 48. Dessa forma, a Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

Os instrumentos financeiros estão detalhados na Nota Explicativa nº 30.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, não excedendo o valor de mercado.

2.2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas futuras esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.2.6. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, outros custos diretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e inclui a mão de obra empregada nestes produtos.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos foram constituídas considerando uma análise segregada por grupo descrito a seguir:

Componentes alternativos adquiridos durante o projeto junto ao Ministério de Saúde no exercício de 2020 os quais representam 10,20% do total da matéria prima e não possuem registro de consumo no exercício de 2021, é previsto consumido durante exercício 2022 de partes destes componentes na produção do ventilador Oxymag salvo aqueles que comprados exclusivamente para o contrato do Ministério, Blender e seus acessórios, os quais foram provisionados.

Baixo giro: Acessórios de vendas ocasionais e outros itens de baixo consumo sem movimentação no exercício de 2021. Embora alguns grupos de itens se enquadraram na análise de baixo giro, os mesmos não foram base para estoques obsoletos, visto que a Companhia possui depósitos o qual é alocado produtos de reposição de garantia das máquinas comercializadas cuja vida útil é de 10 anos.

Itens descontinuados/obsoletos: Valor total aproximado de 6 mil reais, e representando 0,28% esses itens caso não possam ser reaproveitados na venda de reposição em assistência técnica, serão sucateados e estão provisionados.

2.2.7. Imobilizado

A Companhia anualmente revisa e ajusta a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a toma-se como base a expectativa de utilização de bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes; concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Na Nota Explicativa nº 13 estão apresentadas as taxas de depreciação de acordo com o tempo de vida útil dos bens.

2.2.8. Ativo intangível

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil.

Desenvolvimento de produtos

Para avaliar se o ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a Companhia classifica a geração do ativo em:

- Fase de pesquisa; e
- Fase de desenvolvimento.

Para os gastos gerados internamente que estão classificados como na fase de pesquisa a Companhia reconhece estes gastos diretamente no resultado do exercício.

Quando o gasto está classificado na fase de desenvolvimento ele se qualifica para o reconhecimento devido já ser possível identificar que existirão benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada, calculada pelo método linear, bem como por perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear levando-se em consideração as vidas úteis estimadas de cada ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa, sendo reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente.

2.2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrada pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

2.2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São apresentados pelo valor de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.13. Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a carga tributária sobre o lucro corrente.

a) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, inclusive sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.2.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.2.15. Reconhecimento da receita de vendas

A Companhia adota o CPC 47 para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: **(1)** identificação dos contratos com os clientes; **(2)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(3)** determinação do preço da transação; **(4)** alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(5)** reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Companhia avaliou a nova norma e não identificou impactos relevantes em suas Demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não são complexas, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao beneficiário.

Ademais, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita represente o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

2.2.16. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4** – Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota Explicativa nº 5** – Perda esperada para os estoques obsoletos;
- **Nota Explicativa nº 13** – Depreciação de ativos imobilizados;
- **Nota Explicativa nº 14** – Amortização de ativos intangíveis;
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para demandas judiciais.

2.2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa..

2.2.18. Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC, substitui a versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1).

Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O impacto da aplicação da norma nas demonstrações contábeis da Companhia foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seu arrendamento operacional de locação de imóvel, tendo sido substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior.

2.2.19. Novos pronunciamentos, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia

As seguintes normas alteradas e interpretações não apresentaram impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos a Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fundo fixo	5.774	5.547	5.774	5.547
Bancos conta movimento	19.710	2.691.717	696.328	3.208.773
Câmbios recebidos e não liquidados (ii)	1.590.995	16.865.606	1.590.995	16.865.606
Aplicações financeiras (i)	23.514.399	8.026.103	23.514.399	8.026.103
Total	25.130.878	27.588.973	25.807.496	28.106.029

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento mediano é 103% atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

(ii) Refere-se a câmbios remetidos por clientes e disponibilizados por instituições financeiras que por estratégia não foram liquidados sendo:

Instituição financeira	Moeda origem	Total moeda estrangeira	Taxa	Total moeda nacional
Itaú	EUR	57.627	6,3220	364.321
Banco do Brasil	USD	125.780	5,58344	702.286
Bradesco	USD	487	5,58344	2.719
Itaú	USD	67.351	5,58344	376.053
Santander	USD	26.080	5,58344	145.616
Total				1.590.995

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - nacionais	8.191.425	12.513.819	8.405.436	12.515.586
Contas a receber - estrangeiros	1.467.102	660.534	1.467.102	660.534
Total	9.658.527	13.174.353	9.872.538	13.176.120
(-) Faturamento para entrega futura	(965.303)	(3.866.391)	(962.433)	(3.866.391)
(-) Depósitos não identificados	(16.784)	(5.766)	(16.784)	(5.766)
(-) Provisão PECLD	(1.025.344)	(523.123)	(1.025.344)	(523.123)
Total	7.651.096	8.779.073	7.867.977	8.780.840

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	7.488.668	5.516.309	7.702.679	5.518.076
Vencidos até 30 dias	242.614	695.267	242.614	695.267
Vencidos de 31 a 60 dias	85.837	658.857	85.837	658.857
Vencidos de 61 a 90 dias	193.149	127.377	193.149	127.377
Vencidos de 91 a 120 dias	729.093	257.478	729.093	257.478
Vencidos acima de 121 (I)	919.166	5.919.065	919.166	5.919.065
Total	9.658.527	13.174.353	9.872.538	13.176.120

O saldo refere-se a contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros, sendo aproximadamente 35% das vendas ao setor público, 44% setor privado 21% para comércio exterior, para os quais o prazo médio de recebimento é de 93 dias para o setor público, 45 para o setor privado e 28 para o comércio exterior.

	31/12/2021	Adição	31/12/2020	Adição	31/12/2019
Provisão PECLD	(1.025.344)	(502.221)	(523.123)	(125.537)	(648.660)

A provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é feita com base na revisão individual de cada título de acordo com as condições originais das transações, baseado em Política Interna.

A PECLD representa valor inferior aos títulos vencidos a mais de 180 dias, não compondo renegociações, ações judiciais e liquidações realizadas em 2022.

5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima	15.195.840	13.826.483	15.195.840	13.826.482
Produtos acabados	10.793.200	10.987.875	11.545.450	11.963.815
Produtos em elaboração	2.198.271	1.156.986	2.198.271	1.156.986
Material em poder de terceiros	856.672	5.669.350	856.672	5.669.350
MOD e CIF	1.714.692	1.135.860	1.714.692	1.135.860
(-) Provisão para Perdas com Estoques	(65.582)	(35.656)	(65.582)	(35.656)
(-) Provisão para itens de baixo giro (i)	(1.566.730)	(3.948.040)	(1.566.730)	(3.948.040)
(+) Cut Off	234.122	891.337	234.122	891.337
Total	29.360.485	29.684.195	30.112.735	30.660.134

	31/12/2021	Reversão	31/12/2020	Adição	31/12/2019
Provisão para itens de baixo giro	(1.566.730)	2.381.310	(3.948.040)	(3.940.292)	(7.748)

(i) A provisão para itens de baixo giro apresenta redução acentuada no exercício, sendo vinculada a revisão de componente adquiridos exclusivamente para atendimento ao contrato junto ao Ministério da Saúde sem expectativa de realização no exercício findo em dezembro de 2020 em decorrência da solicitação pelo Ministério da Saúde de redução de 25% do número de unidades a serem produzidas pela Companhia, após estudo realizado pela administração no decorrer do exercício de 2021 é previsto consumido de parte destes componentes durante exercício 2022 na produção dos ventiladores.

6. Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	284.867	183.707
IPI	18.177	315.366
IRRF	97.494	236.632
IRPJ (i)	1.439.372	178.566
PIS	19.571	-
COFINS	72.918	-
CSLL	-	9.531
Crédito Tributário Lei da Informática (i)	41.878.411	-
Crédito Reintegra	-	12.275
ECF anos anteriores	183.360	231.840
Saldo PER DCOMP	2.169.536	1.812.850
Impostos retidos por órgãos públicos	64.537	388.526
Outros	25.125	-
Total	46.253.368	3.369.293
Circulante	14.372.526	3.369.293
Não circulante	31.880.842	-
Total	46.253.368	3.369.293

- (i) Em decorrência da aderência à Lei de Informática nº 13.969/19 em atividades comprovadas do exercício de 2020 e 2021 em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor tecnologia, a companhia recebeu em 2021 o Certificado de Crédito Financeiro, emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no valor de R\$ 41,8 milhões, registrado como outras receitas, sendo o montante de R\$29.9 milhões válidos até 10/12/2026 e o montante de R\$11.9 milhões válidos até 10/12/2027, para utilização como compensação de débitos próprios vincendos ou vencidos e administrados pela Receita Federal do Brasil.

7. Adiantamentos diversos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas aduaneiras	-	41.637
Fornecedores nacionais	461.654	458.015
Investimentos P&D	-	1.535.260
Fornecedores estrangeiros (i)	1.188.080	335.639
Empregados, férias e viagens	179.052	132.962
Adiantamento JSCP	-	511.087
Total	1.828.786	3.014.600

- (i) Os volumes de adiantamentos para o exercício corrente apresentam-se em maior proporção decorrente da aquisição de insumos para recompor o estoque mínimo frente à insumos críticos.

8. Caixa Restrito

O Fundo Premium Referenciado junto ao Banco Itaú é garantia total de 50% do endividamento obtido junto a instituição financeira, cujo montante liberado foi de R\$ 1.000 milhão, podendo ao longo dos períodos quando realizadas as amortizações dos contratos aplicar a mesma proporção quanto a garantia, sendo possível resgate parcial do valor investido.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Conta Capital - SICOOB	1.227	927
Banco Itaú - Fundo Premium Referenciado	-	522.053
Total	1.227	522.980

9. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

9.1. Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social corrente de diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação	77.490.589	132.629.716	7.8119.445	132.629.716
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.346.800)	(45.094.103)	(26.560.611)	(45.094.103)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Efeito líquido dos ajustes por provisões	(642.132)	(1.623.732)	(642.132)	(1.623.732)
Equivalência Patrimonial	(79.614)	-	(79.614)	-
Receita diferida	51.189	(185.963)	51.189	(185.963)
Crédito financeiro Lei Informática	14.238.660	-	14.238.660	-
Arrendamento mercantil	170.374	2.118	170.374	2.118
Ajuste de inventário	(31.784)	-	(31.784)	-
Vendas a órgãos governamentais	1.851.291	408.081	1.851.291	408.081
Programa de alimentação ao trabalhador	27.281	24.051	27.281	24.051
Adicional de base	(1.216.196)	(4.262.151)	(1.216.196)	(4.262.151)
Diferença de alíquota entre os países	-	-	(415.045)	-
Prejuízos fiscais anos anteriores	-	4.475.131	-	4.475.131
Saldo de imposto a pagar	(11.977.731)	(46.256.568)	(12.606.587)	(46.256.568)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.457.880)	(47.083.505)	(13.086.736)	(46.256.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	480.149	826.937	480.149	826.937
Total	(11.977.331)	(46.256.568)	(12.606.587)	(46.256.568)
Alíquota efetiva	14%	35%	14%	35%

Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões representantes	10.200	16.137
Receitas a apropriar - garantia de produtos	23.203	97.595
Provisão para perda de estoques	22.298	12.123
Provisão para itens de baixo giro (i)	532.688	1.342.334
Provisão de fornecedores	-	22.664
Provisão para devedores duvidosos (ii)	348.617	177.862
Diferimento venda órgão público não liquidada (iii)	455.267	(840.718)
Arrendamentos - IFRS 16	(85.187)	(1.060)
Total	1.307.086	826.937

- (i) Reversão da provisão decorrente do alinhamento dos insumos frente à necessidade de produção, que em 2020 foi registrado de forma atípica decorrente da pandemia do COVID-19.
- (ii) Inadimplemento de clientes, com títulos vencidos a mais de 180 dias.
- (iii) O diferimento das vendas realizadas à órgãos públicos, cuja liquidação não tenha sido realizada gera anualmente representação importante na composição do diferimento tendo em 2021 recebido valores em atraso, gerando assim adição.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem; a estimativa é que para o próximo exercício tenhamos a baixa ou reconhecimento da perda efetiva do item (i) provisão para itens de baixo giro, atípico a operação decorrente da pandemia mundial, tornando-se, portanto, o diferimento passivo.

Desconsiderando o impacto do diferimento da não liquidação das vendas a órgãos públicos, estima-se realizar 39% dos demais diferimentos em 2021.

10. Depósitos judiciais

As antecipações realizadas relativo a processos judiciais e administrativos estão sendo alocadas para controle até que se tenha de fato a conclusão dos autos.

Uma das antecipações diz respeito à liminar solicitando a exclusão do ICMS da base de PIS e Cofins, onde aguardamos definição da pauta que se encontra em tramitação pelo STJ.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação - Liminar exclusão ICMS base PIS/Cofins	1.598.667	1.424.986
Depósitos judiciais	1.245	-
Total	1.599.912	1.424.986

11. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo				
Empréstimo sócios	3.380.659	2.302.388	3.380.659	2.308.666
Magnamed Medical Technology INC (mútuo)	2.035	106.876	-	-
Total	3.382.694	2.409.264	3.380.659	2.308.666
Resultado				
Remuneração de diretores	(1.479.023)	(2.025.207)	(1.479.023)	(2.025.207)
Encargos sociais de diretores	(281.723)	(385.760)	(281.723)	(385.760)
Total	(1.760.746)	(2.410.967)	(1.760.746)	(2.410.967)

(a) Empréstimos sócios

O prazo de carência é de 18 meses a contar de 31/08/2018, data de assinatura contrato; após o decurso da carência, desde que não se opte pela conversão dos mútuos, deverá realizar a quitação em 4 parcelas trimestrais, sendo a primeira devida no 10º dia do mês subsequente ao término do prazo de carência; frente a não realização das quitações dever-se-á ocorrer mediante evento de liquidez.

Estarão sujeitos a correção monetária com base em 100% da variação positiva do IPCA-IBGE acrescido de juros anuais de 10% sobre o valor atualizado, desde a data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas, não são aplicados.

12. Investimento

Investimentos	31/12/2020	Adição	Equivalência	Variação Cambial	31/12/2021
Magnamed Medical Technology INC	1.611.275	-	(207.361)	111.704	1.515.618
Inova WE - Capital Semente	-	4.699.753	(13.398)	-	4.686.355
	1.611.275	4.699.753	(220.759)	111.704	6.201.973

Provisão para passivo a descoberto	31/12/2019	Equivalência	Variação Cambial	31/12/2020
Magnamed Medical Technology INC	(257.843)	1.925.878	(56.760)	1.611.275

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 da controlada, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

Magnamed Medical Technology INC				
	31/12/2021		31/12/2020	
	U\$	R\$	U\$	R\$
Ativo	271.986	1.517.653	314.483	1.634.274
Passivos	365	2.035	4.425	22.999
Patrimônio Líquido	271.621	1.515.618	310.058	1.611.275
Lucro do exercício	38.436	214.472	374.027	1.925.878

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2021 da investida, estão apresentados a seguir

	Inova WE
	31/12/2021
	R\$
Ativo	27.534.838
Passivos	1.159.594
Patrimônio Líquido	26.375.224
Total	27.534.838
Lucro do exercício	554.528

13. Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2021			31/12/2020		
	% Tx. Deprec.	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas aparelhos e equipamentos	10	2.293.494	(787.337)	1.506.157	1.632.055	(593.796)	1.038.259
Móveis e utensílios	10	338.063	(197.802)	140.261	300.132	(171.695)	128.437
Instalações	10	99.154	(60.324)	38.830	71.227	(52.117)	19.110
Ferramentas e moldes	3	515.256	(199.983)	315.273	330.452	(122.942)	207.510
Equipamentos de comunicação	20	19.156	(19.156)	-	19.156	(18.097)	1.059
Imobilizações em andamento	-	1.110.625	-	1.110.625	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	778.344	(556.782)	221.562	757.855	(413.713)	344.142
Equipamentos de informática	20	866.537	(434.060)	432.477	573.392	(347.258)	226.134
Arrendamento mercantil - aluguéis		2.938.152	(2.227.498)	710.654	2.938.152	(1.470.347)	1.467.805
Total		8.958.781	(4.482.942)	4.475.839	6.622.421	(3.189.965)	3.432.456

		Consolidado					
		31/12/2021			31/12/2020		
	% Tx. Deprec.	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas aparelhos e equipamentos	10	2.293.494	(787.337)	1.506.157	1.611.929	(593.796)	1.018.133
Móveis e utensílios	10	487.999	(300.684)	187.315	359.170	(171.694)	187.476
Instalações	10	99.154	(60.324)	38.830	71.227	(52.117)	19.110
Ferramentas e moldes	3	515.254	(199.983)	315.271	330.453	(122.942)	207.511
Equipamentos de comunicação	20	19.156	(19.156)	-	19.156	(18.097)	1.059
Imobilizações em andamento	-	1.110.625	-	1.110.625	-	-	-
benfeitorias em imóveis de terceiros	25	778.344	(556.769)	221.575	757.855	(413.713)	344.142
Equipamentos de informática	20	866.537	(434.060)	432.477	573.390	(347.258)	226.132
Arrendamento mercantil - aluguéis		2.938.152	(2.227.498)	710.654	2.938.152	(1.470.348)	1.467.804
Total		9.108.715	(4.585.811)	4.522.904	6.661.332	(3.189.965)	3.471.367

Movimentações:

Controladora

Custo	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas aparelhos e equipamentos	1.217.002	415.053	1.632.055	661.439	2.293.494
Móveis e utensílios	256.110	44.022	300.132	37.931	338.063
Instalações	71.227	-	71.227	27.927	99.154
Ferramentas e moldes	198.684	131.768	330.452	184.804	515.256
Equipamentos de comunicação	19.156	-	19.156	-	19.156
Imobilizações em andamento	-	-	-	1.110.625	1.110.625
Benfeitorias em imóveis de terceiros	375.449	382.406	757.855	20.489	778.344
Equipamentos de informática	361.570	211.822	573.392	293.145	866.537
Arrendamento mercantil - aluguéis	2.714.973	223.179	2.938.152	-	2.938.152
Total	5.214.171	1.408.250	6.622.421	2.336.360	8.958.781

Depreciação	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas aparelhos e equipamentos	(458.645)	(135.151)	(593.796)	(193.541)	(787.337)
Móveis e utensílios	(148.274)	(23.421)	(171.695)	(26.107)	(197.802)
Instalações	(46.242)	(5.875)	(52.117)	(8.207)	(60.324)
Ferramentas e moldes	(67.771)	(55.171)	(122.942)	(77.041)	(199.983)
Equipamentos de comunicação	(15.057)	(3.040)	(18.097)	(1.059)	(19.156)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(120.463)	(293.250)	(413.713)	(143.069)	(556.782)
Equipamentos de informática	(294.176)	(53.082)	(347.258)	(86.802)	(434.060)
Arrendamento mercantil - aluguéis	(745.108)	(725.239)	(1.470.347)	(757.151)	(2.227.498)
Total	(1.895.736)	(1.294.229)	(3.189.965)	(1.292.977)	(4.482.942)
Líquido	3.318.435	114.021	3.432.456	1.043.383	4.475.839

Consolidado

Custo	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas aparelhos e equipamentos	1.196.876	415.053	1.611.929	681.565	2.293.494
Móveis e utensílios	315.148	44.022	359.170	128.829	487.999
Instalações	71.227	-	71.227	27.927	99.154
Ferramentas e moldes	198.684	131.769	330.453	184.801	515.254
Equipamentos de comunicação	19.156	-	19.156		19.156
Imobilizações em andamento	-	-	-	1.110.625	1.110.625
Benfeitorias em imóveis de terceiros	375.449	382.406	757.855	20.489	778.344
Equipamentos de informática	361.569	211.821	573.390	293.147	866.537
Arrendamento mercantil - aluguéis	2.714.973	223.179	2.938.152	-	2.938.152
Total	5.253.082	1.408.250	6.661.332	2.447.383	9.108.715

Depreciação	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Máquinas aparelhos e equipamentos	(458.646)	(135.150)	(593.796)	(193.541)	(787.337)
Móveis e utensílios	(148.274)	(23.420)	(171.694)	(128.990)	(300.684)
Instalações	(46.242)	(5.875)	(52.117)	(8.207)	(60.324)
Ferramentas e moldes	(67.772)	(55.170)	(122.942)	(77.041)	(199.983)
Equipamentos de comunicação	(15.057)	(3.040)	(18.097)	(1.059)	(19.156)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(120.463)	(293.250)	(413.713)	(143.056)	(556.769)
Equipamentos de informática	(294.176)	(53.082)	(347.258)	(86.802)	(434.060)
Arrendamento mercantil - aluguéis	(745.109)	(725.239)	(1.470.348)	(757.150)	(2.227.498)
Total	(1.895.739)	(1.294.226)	(3.189.965)	(1.395.846)	(4.585.811)
Líquido	3.357.343	114.024	3.471.367	1.051.537	4.522.904

14. Intangível

	% Tx Deprec.	Controladora e Consolidado					
		31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Sistemas e Aplicativos	5	150.517	(150.517)	-	150.517	(147.642)	2.875
Marcas e Patentes	10	27.689	-	27.689	27.689	-	27.689
Fleximag Max 700	10	2.672.787	(449.894)	2.222.893	2.672.787	(178.186)	2.494.601
Projetos P&D - Turbina	-	683.836	-	683.836	683.836	-	683.836
Projetos P&D - Gama Box	-	4.430	-	4.430	4.430	-	4.430
Projetos P&D - Oxymag Max	-	2.320.240	-	2.320.240	225.177	-	225.177
Projetos P&D - Oxymag FDA	-	122.040	-	122.040	-	-	-
Projetos P&D - TIE embarcado Fase II (Documentação de SW)	-	50.625	-	50.625	-	-	-
Projetos P&D - TIEmeter	-	306.000	-	306.000	-	-	-
Projetos P&D - Fixture inteligente	-	303.000	-	303.000	-	-	-
Projetos P&D - Novo Ventmeter	-	378.000	-	378.000	-	-	-
Projetos P&D - Validação da Pmus	-	1.200.000	-	1.200.000	-	-	-
Projetos P&D - Anestesia VET	-	2.250	-	2.250	2.250	-	2.250
Projetos P&D - Simulador de Pulmão	-	2.305	-	2.305	2.305	-	2.305
Total		8.223.719	(600.411)	7.623.308	3.768.991	(325.828)	3.443.163

Mapa de movimentação do ativo intangível

Custo - Intangível	31/12/2019	Adições	Baixa	31/12/2020	Adições	Baixa	31/12/2021
Sistemas e aplicativos	150.517	-	-	150.517	-	-	150.517
Marcas e patentes	27.689	-	-	27.689	-	-	27.689
Fleximag Max 700	-	2.672.787	-	2.672.787	-	-	2.672.787
Projetos P&D - Turbina (i)	1.367.673	-	(683.837)	683.836	-	-	683.836
Projetos P&D - Gama Box	4.430	-	-	4.430	-	-	4.430
Projetos P&D - Fleximag Max	1.895.940	93.010	(1.988.950)	-	-	-	-
Projetos P&D - Assincronia	-	-	-	-	-	-	-
Projetos P&D - Oxymag FDA	-	-	-	-	122.040	-	122.040
Projetos P&D - TIE embarcado Fase II (Documentação de SW)	-	-	-	-	50.625	-	50.625
Projetos P&D - TIEmeter	-	-	-	-	306.000	-	306.000
Projetos P&D - Fixture inteligente (ii)	-	-	-	-	303.000	-	303.000
Projetos P&D - Novo Ventmeter (iii)	-	-	-	-	378.000	-	378.000
Projetos P&D - Validação da Pmus	-	-	-	-	1.200.000	-	1.200.000
Projetos P&D - Oxymag Max (i)	1.725	223.452	-	225.177	2.095.063	-	2.320.240
Projetos P&D - Anestesia VET	2.250	-	-	2.250	-	-	2.250
Projetos P&D - Simulador de Pulmão	2.305	-	-	2.305	-	-	2.305
Total	3.452.529	2.989.249	(2.672.787)	3.768.991	4.454.728	-	8.223.719
Amortização							
Sistemas e aplicativos	(119.115)	(28.527)	-	(147.643)	(2.875)	-	(150.517)
Fleximag Max 700	-	(178.186)	-	(178.187)	(271.708)	-	(449.894)
Total	(119.115)	(206.713)	-	(325.828)	(274.583)	-	(600.411)
Líquido	3.333.414	2.782.536	(2.672.787)	3.443.163	4.180.145	-	7.623.308

- (i) Projeto P&D – Turbina e Oxymag Max: O projeto turbina trata-se do desenvolvimento da turbina adicionada aos produtos Fleximag Max (já lançado) e também ao Oxymag Max; o diferencial do produto é o sistema flowair; O lote piloto previsto está previsto para o 1º sem 2022 e a expectativa de comercialização está sobre o exercício de 2023.
- (ii) Projeto P&D – Fixture Inteligente: desenvolvimento de um JIG de teste composto por cama de pregos e software para teste das placas do Oxymag.
- (iii) Projetos P&D - Novo Ventmeter: Previsão lançamento 2023.

15. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar - nacionais	2.517.270	7.500.588
Contas a pagar - estrangeiros	69.134	119.009
Total	2.586.404	7.619.597
A vencer	2.505.659	7.491.153
Vencimentos até 30 dias	80.745	107.808
Vencimentos de 31 a 60 dias	-	19.474
Vencimentos acima de 60 dias	-	1.162
Total	2.586.404	7.619.597

O saldo refere-se a contas a pagar de fornecedores nacionais e estrangeiros, para os quais o prazo médio de pagamento é de 55 dias.

16. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro		
Banco BNDES	475.817	773.671
Banco Safra S/A	-	96.925
Banco Itaú S/A	8.093.243	9.598.720
Banco Santander S/A	-	1.062.925
Caixa Econômica Federal	-	301
Total	8.569.060	11.532.542
Circulante	2.822.296	3.335.641
Não circulante	5.746.764	8.196.901
Total	8.569.060	11.532.542

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento

Aging	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento 2021	-	3.335.641
Vencimento 2022	2.822.296	3.204.763
Vencimento 2023	2.953.153	2.724.206
Vencimento 2024	2.793.611	2.267.932
Total	8.569.060	11.532.542

Movimentação dos empréstimos de capital de giro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial (i)	11.532.542	8.845.796
(+) Captação de empréstimo	-	8.999.999
(-) Pagamentos principal	(2.265.199)	(6.012.272)
(-) Pagamentos juros	(698.283)	(300.981)
Total	8.569.060	11.532.542

(i) Para a movimentação dos empréstimos não foram considerados os montantes referentes a contrato de câmbio.

Garantias

Instituição financeira	Data	Tx. juros efetivos	Tx. ME	Tipo	Vlr. entregue	Carência	Prazo operação	1º Vencimento	Garantias
Banco BNDES (i)	23/12/2014	4% a.a.	N/A	C. giro	R\$ 1.800.000	24 meses	72 meses	15/08/2017	Devedor Solidário: Wataru Ueda. Tatsuo Suzuki. Toru Miyagi Kinjo
Banco Itaú S/A	20/11/2020	10.034% a.a.	N/A	CCB giro pré	R\$ 8.999.999	N/A	N/A	N/A	Devedor Solidário: Tatsuo Suzuki

(i) Covenants

Durante o período de vigência do Contrato junto ao BNDES, os pagamentos aos acionistas da beneficiária, a título de dividendos, participação nos resultados e juros sobre capital próprio, em cada exercício, devem seguir percentuais relativos ao lucro líquido apurado em cada exercício financeiro, conforme segue:

- a) 50% (cinquenta por cento) do lucro do exercício sempre que a relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total estiver na faixa entre 0,4 (quatro décimos), inclusive, e 0,5 (cinco décimos), exclusive.; e
- b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício sempre que a relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total for inferior a 0,4 (quatro décimos)

(ii) Eventos subsequentes - BNDES

Em notificação recebida do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento, no dia 22 de fevereiro de 2022, foi observada a quebra de covenants, que faz referência à fórmula de índice de endividamento da companhia (patrimônio líquido/ativos totais), e cálculo de distribuição de dividendos limitados a 50% dos lucros auferidos no exercício.

Embora a Companhia apresente uma saúde financeira e de indicadores superior as exigidas, foi efetuado uma distribuição de dividendos superior ao limite máximo previsto no contrato, desta forma a Administração da Companhia apresentou as justificativas ao banco e realizou a quitação dos empréstimos de forma antecipada.

17. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão PLR	151.944	107.781	151.944	107.781
Salários a pagar	30.108	-	30.108	-
Encargos trabalhistas	470.712	222.861	649.944	226.972
Provisão para férias, 13º salário e encargos	1.132.785	929.499	1.132.785	929.499
Provisão bônus	1.080.360	-	1.080.360	-
Total	2.865.909	1.260.141	3.045.141	1.264.252

18. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	3.049	-
Retenção e outras obrigações	164.775	476.710
Redução IPI - Consulta RFB 9019.20.10 (ii)	7.062.664	30.087
PIS e Cofins Retido órgão público	110.443	228.725
Redução ICMS base PIS/Cofins - Liminar (i)	5.193.121	3.780.265
Total	12.534.052	4.515.787

- (i) Refere-se ao crédito não cumulativo incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado interno. O tema já definido pelo STF – Superior Tribunal de Justiça em 2021 reconhece a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS (imposto sobre circulação de bens e serviços) na base do cálculo do PIS (programa de integração social) e da Cofins (Contribuição para o financiamento da seguridade social); os reconhecimentos societários terão seus reflexos reconhecidos no exercício base da oficialização da decisão.
- (ii) De acordo com a tabela Tipi nossos produtos estão corretamente enquadrados no NCM 9019.20.10 (IPI 2%); entretanto operacionalizávamos nossas vendas utilizando-se do NCM 9019.20.30 (IPI 8%), o que implica em uma alíquota de IPI maior em 6%.

Desta forma, mantivemos a tributação reconhecendo os impostos pela alíquota cheia de IPI (8%) e gerando reconhecimento de um possível passivo referente aos 6% de diferença entre as alíquotas vinculadas aos NCM's supracitados.

Em set-2020, realizamos consulta formalizada junto a RFB – Receita Federal do Brasil, para que pudéssemos obter a formalização frente ao nosso entendimento enquanto fabricante, entretanto a devolutiva do órgão foi contrária a nossa interpretação, e agora o assunto tramitará pela esfera jurídica, uma vez que administrativamente não obtivemos êxito.

19. Provisão para Contingência

De acordo com os relatórios fornecidos pelos advogados contratados, costa para o exercício de 2020 as seguintes causas prováveis:

	Controladora e Consolidado	
	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2020	114.752	114.752
Provisão	-	-
Saldo em 31/12/2021	114.752	114.752

A Companhia possui ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, a qual refere-se a auto de infração e imposição de multa lavrado pela Secretaria da Fazenda Pública do Estado de São Paulo sob a alegação de creditamento indevido de ICMS e falta de recolhimento correto do imposto em virtude de redução da base de cálculo aplicado pela Companhia.

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 4.958.249 (R\$3.977.924 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização

Os processos avaliados como risco de perda possível aumentaram decorrentes de ações de diversos Estados e Municípios para a compra de equipamentos dada a impossibilidade de fornecimento decorrente ao confisco realizado pelo Ministério da Saúde frente aos nossos estoques por meio de lei pelos desdobramentos da Covid-19, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

20. Parcelamento de tributos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PEP ICMS	1.870.792	2.694.995
Parcelamento ordinário federal	1.315.264	2.143.764
Parcelamento simplificado não previdenciário	183.187	279.538
Parcelamento simplificado previdenciário	357.069	529.650
Projeção atualização juros	325.284	325.284
Total	4.051.596	5.973.231
Circulante	1.571.291	2.080.883
Não circulante	2.480.305	3.892.348
Total	4.051.596	5.973.231

O vencimento dos parcelamentos do passivo não-circulante está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamento em 2022	-	1.696.566
Pagamento em 2023	1.646.422	1.361.899
Pagamento em 2024	636.135	636.135
Pagamento em 2025	197.748	197.748
Total	2.480.305	3.892.348

21. Arrendamento mercantil

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de imóveis; aplicou julgamento para os casos em que existe opção de renovação nos contratos, baseando-se em sua melhor expectativa. Essa avaliação afeta o prazo do arrendamento que impacta significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto; nossa mensuração corre por um percentual mediano do IGPM dos últimos períodos.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e pagamento total inferior a R\$ 20 mil, conforme exceção prevista pela norma.

21.1. Movimentação do arrendamento mercantil

	Prazo de vigência contrato	31/12/2020	Adições de contratos	Juros	Pagamentos	31/12/2021
Imóvel em Cotia	48 meses	1.378.350	-	73.064	(738.936)	712.478
Imóvel na Saúde	12 meses	179.238	-	6.091	(120.000)	65.329
Total		1.557.588	-	79.155	(858.936)	777.807

	Prazo de vigência contrato	31/12/2019	Adições de contratos	Juros	Pagamentos	31/12/2020
Imóvel em Cotia	48 meses	2.000.658	-	116.628	(738.936)	1.378.350
Imóvel no Paraíso	12 meses	43.005	-	486	(43.491)	-
Imóvel na Saúde	12 meses	-	223.179	6.059	(50.000)	179.238
Total		2.043.663	223.179	123.173	(832.427)	1.557.588

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	777.807	858.933
Não circulante	-	698.655
Total	777.807	1.557.588

22. Subvenção de investimento

A concessão de subvenção econômica para a inovação nas empresas é um instrumento de política de governo largamente utilizado em países desenvolvidos, operado de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio. Lançado no Brasil em agosto de 2006, esta foi a primeira vez que um instrumento desse tipo foi disponibilizado no País.

O objetivo do Programa de Subvenção Econômica é promover um significativo aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do País.

Essa modalidade de apoio financeiro consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades. A conclusão do projeto está prevista para maio de 2022.

Metas financeiras

31/12/2021

Pessoal, e encargos sociais	595.585
Material de consumo	305.000
Serviços	1.223.730
Investimentos	1.014.000
Total	3.138.315

23. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comissões a pagar	30.000	47.461	30.000	47.462
Adiantamento de clientes (i)	245.659	4.887.909	245.659	4.906.793
Provisão comissão representante (ii)	-	4.388.104	-	4.388.104
Total	275.659	9.323.474	275.659	9.342.359

(i) A Companhia adota como política, de acordo com a análise de crédito individual de cada cliente, solicita um adiantamento de pelo menos 30% do valor total da venda para primeira operação.

(ii) As comissões estão sendo pagas, mediante apresentação da comprovação de instalação e treinamento realizada por nossos representantes, o que é amparado por contrato firmado entre as partes.

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital social

O capital social está totalmente integralizado no montante de R\$ 16.215.457, sendo distribuídos entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	R\$	Ordinárias	Nominais A	Nominais B	Total ações	%
Fundo Invest Partic Criatec Capital Semente	5.496.365,57	28.959	97.054	-	126.013	35,31%
Vox Impact Investing I Fundo de Invest em Participações	2.934.467,49	15.462	51.815	-	67.277	18,85%
Wataru Ueda	3.605.593,14	75.059	-	3.908	78.967	22,13%
Tatsuo Suzuki	2.245.788,01	48.194	-	1.693	49.887	13,98%
Toru Kinjo	1.710.031,99	24.756	-	7.425	32.181	9,02%
Carlos Staningher	117.620,25	-	-	1.325	1.325	0,37%
Julio Akira Ueda	26.397,68	-	-	311	311	0,09%
Tais Alves	26.397,68	-	-	311	311	0,09%
Neusa Seki	26.397,68	-	-	311	311	0,09%
Vagner Virches	26.397,68	-	-	311	311	0,09%
Total	16.215.457,17	192.430	148.869	15.595	356.894	100%

24.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Compostos por ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis da controlada.

24.3. Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício social foi deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que uma vez excedida não será superior a 20% do Capital Social.

24.4. Dividendos

Conforme estatuto social, do lucro líquido apurado no exercício social deve ser destinado 25% para pagamento mínimo de dividendos obrigatórios. Em 2021 foi destinado o montante de R\$ 16.598.004 (R\$ 19.522.535 em 2020) como dividendo mínimo obrigatório, sendo este montante acrescido de dividendos adicionais de R\$ 10.000.000 (R\$ 42.477.465 em 2020).

24.5. Lucro líquido por ações

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pelo total de ações em circulação no período.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	68.836.243	85.962.617	68.836.243	85.962.617
Total de ações	356.894	356.894	356.894	356.894
Lucro líquido do exercício por ação	187,31	242,01	187,31	242,01

25. Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	147.014.308	343.450.619	150.963.449	350.116.323
Receita com vendas mercado privado	109.659.113	52.264.778	109.659.113	52.264.778
Receita com vendas de serviços	351.070	210.433	351.070	210.433
Receita com revenda de mercadorias	-	-	3.949.141	6.665.704
Receita com venda mercado publico	16.122.821	269.325.256	16.122.821	269.325.256
Receita com venda mercado externo	20.881.304	21.650.152	20.881.304	21.650.152
Deduções	(39.183.256)	(71.738.135)	(39.183.256)	(71.738.135)
(-) IPI sobre vendas de mercadorias	(9.682.913)	(324.411)	(9.682.913)	(324.411)
(-) ICMS sobre vendas de mercadorias	(18.331.822)	(41.340.107)	(18.331.822)	(41.340.107)
(-) PIS sobre vendas de mercadorias	(1.998.852)	(5.363.402)	(1.998.852)	(5.363.402)
(-) Cofins sobre vendas de mercadorias	(9.110.643)	(24.704.151)	(9.110.643)	(24.704.151)
(-) ISS sobre venda de serviços	(7.201)	(4.317)	(7.201)	(4.317)
(-) Cofins sobre vendas de serviços	(27.260)	(16.487)	(27.260)	(16.487)
(-) PIS sobre vendas de serviços	(5.918)	(3.588)	(5.918)	(3.588)
(+) <i>Cut off</i> receitas DED	(18.647)	18.328	(18.647)	18.328
Devoluções	(599.830)	(3.450.544)	(599.830)	(3.450.544)
(-) Devolução de venda mercado privado	(1.385.371)	(4.350.529)	(1.385.371)	(4.350.529)
ICMS sobre devolução de vendas	371.081	500.000	371.081	500.000
IPi sobre devolução de vendas	187.900	25.041	187.900	25.041
PIS sobre devolução de vendas	40.413	66.882	40.413	66.882
Cofins sobre devolução de vendas	186.147	308.062	186.147	308.062
Total	107.231.222	268.261.940	111.180.363	274.927.644

26. Custo e despesas por natureza

As matrizes orçamentárias sofreram acompanhamento tornando possível a sua realização e, portanto, mantendo equilíbrio das despesas operacionais, quando relacionadas a estrutura e capacidade de produção, dada a evolução significativa do EBITDA.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria	(1.929.979)	(3.445.996)	(1.929.979)	(3.445.996)
Pessoal	(11.410.903)	(10.435.659)	(11.980.942)	(10.946.980)
Serviços profissionais (i)	(1.116.490)	(2.638.018)	(1.135.043)	(2.648.489)
Infraestrutura	(620.212)	(553.574)	(830.752)	(715.566)
Viagens e estadias	(170.571)	(523.419)	(278.258)	(593.150)
Feiras, exposições e propaganda	(579.738)	(355.652)	(632.115)	(400.533)
Comissões/representações	(3.751.020)	(8.962.520)	(3.751.020)	(8.962.520)
Outras despesas com vendas, frete, PCLD	(2.499.329)	(4.013.656)	(2.499.329)	(4.013.656)
Depreciação e amortização	(1.490.515)	(1.445.672)	(1.505.318)	(1.461.236)
Despesas diversas	(2.181.630)	(4.801.040)	(2.265.709)	(4.856.582)
Melhoria de produtos	(194.567)	(132.708)	(194.567)	(132.708)
Custo dos Produtos Vendidos	(28.937.509)	(73.195.286)	(31.117.220)	(77.100.371)
Custo de Importação	(996.826)	(158.964)	(996.826)	(158.964)
Ajuste de Inventário	(93.484)	(1.011.372)	(389.323)	(1.011.372)
CIF Custo Gerais e MOD	(5.128.738)	(5.494.752)	(5.128.738)	(5.494.752)
Custo de industrialização de matéria prima	(4.095.077)	(14.680.735)	(4.095.077)	(14.680.735)
CPC 47 - Reconhecimento receitas (CUT-OFF)	(657.215)	874.624	(657.214)	874.624
Total	(65.853.803)	(130.974.399)	(69.387.430)	(135.748.986)
Custo dos produtos vendidos	(39.908.848)	(93.666.486)	(42.384.398)	(97.571.570)
Despesas administrativas	(18.920.300)	(23.843.378)	(19.926.001)	(24.668.000)
Despesas manutenção e aperfeiçoamento produtos	(194.567)	(132.708)	(194.567)	(132.708)
Despesas comerciais e marketing	(6.830.088)	(13.331.827)	(6.882.464)	(13.376.708)
Total	(65.853.803)	(130.974.399)	(69.387.430)	(135.748.986)

- (i) No exercício corrente mantiveram-se contratada consultoria especializada para a área de finanças, sendo Arbit Dados & Soluções que foca na estruturação do Departamento Financeiro e IGC Associados para projeções mercadológicas e estratégicas.

27. Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais (Nota Explicativa nº 6)	41.856.866	-	41.856.866	-
Despesas indedutíveis (i)	(65.316)	(1.613.205)	(58.207)	(1.613.205)
Total	41.791.550	(1.613.205)	41.798.659	(1.613.205)

- (i) O saldo do exercício de 31 de dezembro de 2020 refere-se ao auto de infração lavrado em 2016 por utilização incorreta de tributação para a apuração de ICMS; o valor é oriundo da opção da adesão ao PEP dado o grande desconto oferecido para regularização da dívida; está em discussão a possibilidade de processo administrativo para redução do valor da multa do auto, uma vez que os créditos não tomados na entrada não foram considerados no auto e de igual forma teríamos atualização do crédito até o momento em que foi tomado.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	127.635	31.408	127.637	31.408
Descontos obtidos de fornecedores	57.589	86.128	57.589	86.128
Rendimento de aplicação financeira	862.725	931.548	862.725	968.058
Variação cambial ativa	1.357.926	1.644.651	1.357.926	1.644.651
Total	2.405.875	2.693.735	2.405.877	2.730.245
Despesas financeiras				
Fornecedores e impostos	(828.252)	(729.453)	(828.252)	(731.202)
Descontos concedidos de clientes	(84.343)	(594)	(84.343)	(594)
Financiamentos	(698.283)	(300.981)	(625.485)	(300.981)
Despesas bancárias	(624.356)	(407.751)	(698.286)	(407.751)
Variação cambial passiva	(797.683)	(1.843.180)	(797.683)	(1.843.180)
IOF e imposto de renda	(343.677)	(243.635)	(343.677)	(243.635)
Juros sobre arrendamento mercantil - imóveis	(82.200)	(124.079)	(82.200)	(124.079)
Multas contratuais	(2.772)	-	(2.772)	-
Empréstimos bancários	(273)	-	(273)	-
Parcelamentos de tributos	-	(2.441.677)	-	(2.441.677)
Aval/empréstimos	(1.078.272)	(1.166.433)	(1.078.270)	(1.166.433)
Perda no recebimento de créditos	-	4.081	-	4.081
Outras	-	-	-	-
Total	(4.540.111)	(7.253.702)	(4.541.241)	(7.255.451)
Juros sobre capital próprio				
Juros sobre capital próprio	(3.323.385)	(410.531)	(3.323.385)	(410.531)
Total	(3.323.385)	(410.531)	(3.323.385)	(410.531)
Líquido	(5.457.621)	(4.970.498)	(5.458.749)	(4.935.737)

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e saldos a pagar à fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, estando sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Exposição à riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 3)	25.130.878	27.588.973	25.807.496	28.106.029
Contas a receber (Nota nº 4)	7.651.096	8.779.073	7.867.977	8.780.840
Caixa restrito (Nota nº 8)	1.227	522.980	1.227	522.980

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores (Nota nº 15)	2.586.404	7.619.597	2.586.404	7.619.597
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 16)	8.569.060	11.532.542	8.569.060	11.532.542
Arrendamentos mercantil (Nota nº 21)	777.807	1.557.588	777.807	1.557.588
Outras contas a pagar (Nota nº 23)	275.659	9.323.474	275.659	9.342.359

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

31. Benefícios a empregados

A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.